Na Seção II do Capítulo VII - "Dos procedimentos de fiscalização" da Resolução Previc n° 23/2023 estão dispostas as novas regras que tratam acerca do Termo de Ajustamento de Conduta - TAC no âmbito do regime operado pelas entidades fechadas de previdência complementar. Como se vê no quadro a seguir, substituiu-se, a partir da inclusão dos arts. 251 a 267 na nova norma, a Resolução Previc n° 6/2022.

Duas inovações podem ser destacadas, a saber: (i) ampliação das possibilidades de propositura de TAC pelo interessado; e (ii) alteração do trâmite de análise e aprovação do TAC no âmbito da Previc.

A primeira inovação consiste na possibilidade de propositura do TAC até o julgamento do auto de infração pela Diretoria Colegiada da Previc (antes, o TAC somente poderia ser proposto até o momento da lavratura do auto de infração). Isso representa uma grande ampliação da possibilidade de celebração de TACs, uma vez que, frequentemente, o autuado não possui todos os elementos necessários para decidir acerca da propositura do TAC até a lavratura do auto. Já quando o processo está concluso para decisão da DICOL, tem-se uma fase bem mais amadurecida de sua tramitação, permitindo uma melhor avaliação acerca da propositura do TAC pelo interessado e da sua aprovação pela Previc. Além disso, explicitou-se a viabilidade de propositura do TAC quando for possível corrigir os efeitos da irregularidade, não mais se exigindo a correção da irregularidade em si, o que muitas vezes era inviável.

Em relação à segunda inovação, a nova norma prevê que a tramitação da proposta do TAC passará por um comitê composto por três servidores indicados pela DIFIS, DILIC e DINOR. Esse comitê poderá negociar os termos e condições do TAC e emitirá parecer, que, após avaliação jurídica pela Procuradoria Federal, será submetido à DICOL para decisão acerca da aceitação do TAC.

RESOLUÇÃO PREVIC N° 6, DE 22	RESOLUÇÃO PREVIC № 23, DE	COMENTÁRIOS
DE MARÇO DE 2022	14 DE AGOSTO DE 2023	
		(QUANDO APLICÁVEL)
Art. 1º A celebração de Termo de	Art. 251. A celebração de Termo	
Ajustamento de Conduta (TAC),	de Ajustamento de Conduta, com	
com vistas à correção de	vistas à correção de	
irregularidades e à adequação	irregularidades e à adequação	
de condutas à legislação	de condutas à legislação	
aplicável ao regime de	aplicável ao regime de	
previdência complementar	previdência complementar	
operado por entidades fechadas	operado por EFPC, deve observar	
de previdência complementar,	o disposto nesta Seção.	
deve observar o disposto nesta		
Resolução.		
Art. 2º A propositura do TAC é	Art. 252. A propositura do Termo	
prerrogativa do interessado em	de Ajustamento de Conduta é	
corrigir determinada conduta	prerrogativa do interessado em	
passível de autuação pela Previc		
e constituirá título executivo	passível de autuação pela Previc	
extrajudicial, nos termos do § 6º	e constitui título executivo	
do art. 5º da Lei nº 7.347, de 24	extrajudicial, nos termos do § 6º	
de julho de 1985, e do inciso IV	do art. 5º da Lei nº 7.347, de 24	
do art. 784 do Código de	de julho de 1985, e do inciso IV	
Processo Civil.	do art. 784 do Código de	
	Processo Civil.	
§ 1º A celebração do TAC não	§ 1º A celebração do Termo de	
importa confissão do	Ajustamento de Conduta não	
ļ	I	

compromissário quanto à	importa confissão do	
matéria de fato, nem	compromissário quanto à	
reconhecimento de ilicitude da	matéria de fato, nem	
conduta analisada.	reconhecimento de ilicitude da	
	conduta analisada.	
§ 2º O TAC pode ter por objeto	§ 2º O Termo de Ajustamento de	
mais de uma conduta passível	Conduta pode ter por objeto	
de correção.	mais de uma conduta passível	
de correção.	de correção.	
5 20 4 1 1 ~ 1 TAC ~		
§ 3º A celebração do TAC não	§ 3º A celebração do Termo de	
obsta a lavratura de auto de	Ajustamento de Conduta não	
infração pela prática de	obsta a lavratura de auto de	
condutas não abrangidas no	infração pela prática de	
referido termo.	condutas não abrangidas no	
referred territo.	referido termo.	
Art 20 Alára da EEDC da		
Art. 3º Além da EFPC, podem	Art. 253. Além da EFPC, podem	
figurar como compromissários	figurar como compromissários	
do TAC:	do Termo de Ajustamento de	
	Conduta:	
l - membros de diretoria-		Foram incluídos "outros agentes
	1	
executiva, conselho fiscal ou		sujeitos ao regime disciplinar", o
conselho deliberativo da EFPC;		que permite contemplar em
	outros agentes sujeitos ao	TACs, por exemplo, membros de
	regime disciplinar;	comitês, prestadores de serviços
		e colaboradores, em geral, das
		EFPC.
II. a desiminatora de caracida a	1	EFFC.
II - administradores dos	II - administradores dos	
patrocinadores ou instituidores;	patrocinadores ou instituidores;	
ou	ou	
III - interventor, liquidante e	III - interventor, liquidante e	
administrador especial.	administrador especial.	
§ 1º A EFPC deve figurar como	§ 1º A EFPC deve figurar como	
interveniente anuente no TAC,	interveniente anuente no Termo	
·		
quando não for compromissária.	de Ajustamento de Conduta,	
	quando não for compromissária.	
§ 2º A celebração do	§ 2º A celebração do	
compromisso de ajustamento de	compromisso de ajustamento de	
conduta com a Previc não afasta	· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	
a eventual responsabilidade	a eventual responsabilidade	
•	•	
administrativa ou penal pelo	administrativa perante outros	
mesmo fato, nem importa	órgãos da administração pública	
reconhecimento de	ou penal pelo mesmo fato, nem	
responsabilidade para outros fins	importa reconhecimento de	
que não os estabelecidos	responsabilidade para outros fins	
expressamente no compromisso.		
expressamente no compromisso.	1 *	
	expressamente no compromisso.	
· ·	Art. 254. O Termo de	
celebrado quando:	Ajustamento de Conduta	
	somente pode ser celebrado	
	quando:	
l pão tivor bayido projuízo	,	
l - não tiver havido prejuízo	l - não tiver havido prejuízo	
financeiro à EFPC ou a plano de	financeiro à EFPC ou a plano de	
benefícios por ela administrado,	benefícios por ela administrado,	
salvo se a proposta abranger o	salvo se a proposta abranger o	
ressarcimento integral desse	ressarcimento integral desse	
1 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2 2		
•		

prejuízo;	prejuízo;	
II - for possível corrigir a		Explicitou-se que o TAC também
irregularidade, mediante a	irregularidade, ou seus efeitos,	poderá ser celebrado quando for
adequação de determinadas	mediante a adequação de	possível corrigir os efeitos da
práticas à legislação em vigor; e	determinadas práticas à	irregularidade (o que amplia as
	legislação em vigor; e	possibilidades de celebração de
		um TAC, já que a correção da
		irregularidade, em si, muitas
		vezes é impossível, pela sua
		consumação).
III - não ter havido, nos últimos	III - não ter havido, nos últimos	
cinco anos, o descumprimento	cinco anos, o descumprimento	
de outro TAC firmado pelo	de outro Termo de Ajustamento	
mesmo compromissário.	de Conduta firmado pelo mesmo	
Art. 5º A proposta de TAC deve	compromissário. Art. 255. O interessado pode	Passou-se a prever que a
ser apresentada pelo interessado	•	manifestação do interessado em
à unidade regional da Previc		celebrar o TAC poderá ser
antes da lavratura de auto de		realizada até a decisão de
infração em razão da conduta		primeira instância do julgamento
em análise ou antes do fim do		do auto de infração, novamente
prazo fixado para correção da	r =	ampliando as possibilidades de
irregularidade.		celebração do TAC, já que esse
	apresentada pelo interessado à	julgamento ocorre, obviamente,
	unidade regional ou à Diretoria	após a lavratura do auto de
	de Fiscalização.	infração (que era o limite
		temporal anterior para a
		propositura do TAC).
		Além disso, incluiu-se que a
		proposta poderá ser apresentada
§ 1º A unidade regional,	§ 2º A proposta será submetida a	diretamente à DIFIS.
mediante manifestação	1	proposta de TAC no âmbito da
fundamentada quanto à	· ·	Previc. Antes a análise iniciava
conveniência e à oportunidade	·	na Unidade Regional, passava
da celebração, deve submeter a	Diretoria de Licenciamento e	pela DIFIS até chegar à DICOL.
proposta de TAC à Diretoria de		Agora ela inicia em um Comitê
Fiscalização e Monitoramento.		(que pode negociar os termos do
	§ 3º Poderá integrar ainda o	TAC com os compromissários),
§ 2º A Diretoria de Fiscalização e		passa pela Procuradoria Federal
Monitoramento deve apresentar	representante da Procuradoria	até chegar na DICOL.
a proposta à Diretoria Colegiada,	Federal junto à Previc.	
para discussão e deliberação,		
após o pronunciamento da	§ 4º Os membros do comitê e	
Procuradoria Federal junto à	seus substitutos serão	
Previc quanto aos aspectos	designados por Portaria do	
relacionados à juridicidade.	Diretor Superintendente.	
	§ 5º A Coordenação-Geral de	
	suporte à Diretoria Colegiada	
	prestará apoio para as	
	atividades do comitê de que	
	trata este artigo.	
1	l	

	Art. 256. O comitê poderá, antes da elaboração do seu parecer, negociar com o proponente as condições da proposta que lhe pareçam mais adequadas.	
	§ 1º A negociação entre o comitê e o proponente deverá ser concluída no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, sendo facultado ao proponente, ao término das negociações, aditar os termos de sua proposta inicial, no prazo assinalado pelo comitê.	
	§ 2º Na hipótese do § 1º, o prazo para elaboração de parecer pelo comitê será contado da data em que concluída a negociação ou apresentado o aditamento à proposta inicial, conforme o caso.	
	§ 3º Finalizado o parecer de que trata o § 2º, a proposta será submetida à Procuradoria Federal para análise dos aspectos relacionados à juridicidade.	
§ 3º Aprovada a proposta pela Diretoria Colegiada, o TAC deve ser autorizado pelo Procurador- Chefe.	deliberação da Diretoria Colegiada, para decisão discricionária final, por maioria simples.	Alterou-se a ordem de tramitação da aprovação do TAC, que antes passava pela DICOL para então ser autorizada pelo Procurador-Chefe da Previc e, agora, passa primeiro pela Procuradoria Federal para, então, submeter-se à decisão final da DICOL.
§ 4º Após a autorização pelo Procurador-Chefe, o TAC deve ser firmado pelo compromissário, pelo Diretor- Superintendente e eventual interveniente-anuente.	§ 1º Após a autorização pelo Procurador-Chefe, o TAC deve ser firmado pelo compromissário, pelo Diretor- Superintendente e eventual interveniente-anuente.	
§ 5º O extrato do TAC deve ser publicado no Diário Oficial da União.	§ 2º O extrato do TAC deve ser publicado no Diário Oficial da União.	
§ 6º O controle e o acompanhamento da execução do TAC devem ser efetuados pela unidade regional.	§ 3º O controle e o acompanhamento da execução do TAC devem ser efetuados pela unidade regional.	
Art. 6º Na avaliação de conveniência e oportunidade	Art. 258. Na avaliação de conveniência e oportunidade deve ser verificado se a proposta	

de TAC é o meio adequado e	de Termo de Ajustamento de	1
	-	
próprio para alcançar de forma	Conduta é o meio adequado e	
eficiente e eficaz o interesse	próprio para alcançar de forma	
público, ponderando-se, no	eficaz e eficiente o interesse	
mínimo, os seguintes fatores:	público, ponderando-se, no	
	mínimo, os seguintes fatores:	
l - a proporcionalidade da	l - a proporcionalidade da	
proposta em relação à gravidade	proposta em relação à gravidade	
da conduta em análise;	da conduta em análise;	
II - a existência de motivos que	II - a existência de motivos que	
recomendem o ajustamento de	recomendem o ajustamento de	
determinada prática reputada	determinada prática reputada	
•	·	
irregular; e	irregular; e	
III - a capacidade de	III - a capacidade de	
desestimular a prática de novas	desestimular a prática de novas	
condutas semelhantes pelo	condutas semelhantes pelo	
próprio compromissário e por	próprio compromissário e por	
terceiros que se encontrem em	terceiros que se encontrem em	
situação análoga.	situação análoga.	
Art. 7º Devem constar do TAC,	Art. 259. Devem constar do	
no mínimo, os seguintes	Termo de Ajustamento de	
elementos:	Conduta, no mínimo, os	
Cicinentess.	seguintes elementos:	
l - a descrição detalhada dos	l - a descrição detalhada dos	
	=	
fatos ou das condutas que	fatos ou das condutas que	
motivaram a sua proposição;	motivaram a sua proposição;	
II - a proposta detalhada para a	II - a proposta detalhada para a	
· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	correção das práticas apontadas,	
especificando as obrigações de	especificando as obrigações de	
pagar, de fazer ou de não fazer a	pagar, de fazer ou de não fazer a	
serem assumidas, inclusive	serem assumidas, inclusive	
forma de ressarcimento integral	forma de ressarcimento integral	
do prejuízo financeiro, se for o	do prejuízo financeiro, se for o	
1	caso, podendo estabelecer ações	
de educação previdenciária;	de educação previdenciária;	
	III - o cronograma de execução e	
de implementação das medidas	de implementação das medidas	
propostas, com metas a serem	propostas, com metas a serem	
atingidas;	atingidas;	
IV - a suspensão, no âmbito da	IV - a suspensão, no âmbito da	
Previc, dos procedimentos ou	Previc, dos procedimentos ou	
processos administrativos que	processos administrativos que	
tiverem sido iniciados	tiverem sido iniciados	
relacionados à conduta;	relacionados à conduta;	
V - a penalidade a ser aplicada	V - a penalidade a ser aplicada	
pelo descumprimento total ou	pelo descumprimento total ou	
parcial do TAC;	parcial do Termo de Ajustamento	
	de Conduta;	
VI - o prazo de vigência;	VI - o prazo de vigência;	
VII - a qualificação e assinatura	VII - a qualificação e assinatura	
das partes;	das partes;	
VIII - a previsão da	VIII - a previsão da	
responsabilidade dos sucessores	· ·	
pelo cumprimento do TAC; e	pelo cumprimento do Termo de	
Í		
	Ajustamento de Conduta; e	

hy c	hv. e	
IX - o foro competente para	IX - o foro competente para	
_	dirimir eventuais litígios entre as	
partes.	partes.	
Art. 8º A EFPC deve	Art. 260. A EFPC deve	
disponibilizar, em local de fácil	disponibilizar, em local de fácil	
acesso em seu sítio eletrônico na	acesso em seu sítio eletrônico na	
internet, informações relativas à	internet, informações relativas à	
celebração do TAC.	celebração do Termo de	
	Ajustamento de Conduta.	
Art. 9º O procedimento ou	Art. 261. O procedimento ou	
processo administrativo em	processo administrativo em	
P.	curso que tiver por objeto apurar	
a conduta abrangida pelo TAC	a conduta abrangida pelo Termo	
	de Ajustamento de Conduta deve	
vigência.	ser suspenso durante a sua	
Vigericia.	vigência.	
§ 1º A suspensão do	§ 1º A suspensão do	
procedimento ou processo	procedimento ou processo	
administrativo deve ocorrer	administrativo deve ocorrer	
somente em relação aos	somente em relação aos	
compromissários.	compromissários.	
§ 2º A celebração do TAC	§ 2º A celebração do Termo de	
interrompe a prescrição	Ajustamento de Conduta	
administrativa na data de sua	interrompe a prescrição	
assinatura, nos termos do inciso	administrativa na data de sua	
IV, do art. 2º da Lei nº 9.873, de	assinatura, nos termos do inciso	
23 de novembro de 1999.	IV do art. 2º da Lei nº 9.873, de	
	23 de novembro de 1999.	
Art. 10. O compromissário deve	Art. 262. O compromissário deve	
enviar, na periodicidade	enviar, na periodicidade	
estipulada no TAC, relatório	estipulada no Termo de	
circunstanciado à Previc sobre as	Ajustamento de Conduta,	
providências adotadas.	relatório circunstanciado à Previc	
	sobre as providências adotadas.	
Art. 11. A penalidade pecuniária	Art. 263. A penalidade pecuniária	Como os valores dos limites das
pelo descumprimento total ou		penalidades por
parcial do TAC, sem prejuízo do	parcial do Termo de Ajustamento	· ·
integral ressarcimento de	-	previstos na nova revogada,
eventuais prejuízos financeiros		haviam sido atualizados pela
decorrentes da conduta sob	_	•
		Previc em dezembro/2022 (por
ajustamento, pode variar, por		intermédio da Portaria nº
compromissário, entre R\$		1.311/2022, que os elevou para
60.000,00 (sessenta mil reais) e		R\$ 60.410,53 a R\$ 5.034.210,69,
R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões		respectivamente), tem-se que a
de reais), conforme a gravidade		Res. 23, ao reproduzir os valores
da conduta, o número de		originais, acabou por reduzir as
indivíduos atingidos ou passíveis		referidas penalidades, que
de serem atingidos, o porte da	indivíduos atingidos ou passíveis	
EFPC e os valores envolvidos na	de serem atingidos, o porte da	anteriores à atualização dada
ocorrência.	EFPC e os valores envolvidos na	pela Portaria nº 1.311/2022.
	ocorrência.	
§ 1º A penalidade pecuniária a		Mera explicitação, no trecho final
que se refere o caput não exclui	· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	do dispositivo, que as obrigações
a possibilidade de serem	1 .	que podem ser impostas pela
previstas no TAC, isolada ou		Previc em razão do
1.5.5.5.5.7.6, 1551444 64		

cumulativamente, outras	Ajustamento de Conduta, isolada	descumprimento do TAC
obrigações.		englobam obrigações de pagar,
3.3	obrigações de pagar, de fazer ou	
	de não fazer.	
§ 2º Os valores previstos no	§ 2º Os valores previstos no	
caput devem ser reajustados	caput devem ser reajustados	
anualmente pelo Índice Nacional	anualmente pelo Índice Nacional	
de Preços ao Consumidor,	de Preços ao Consumidor,	
apurado pela Fundação Instituto	apurado pela Fundação Instituto	
Brasileiro de Geografia e	Brasileiro de Geografia e	
Estatística (INPC/IBGE), ou por	Estatística, ou por índice que vier	
índice que vier a substituí-lo.	a substituí-lo.	
§ 3º Os valores previstos no	§ 3º Os valores previstos no	
caput são devidos por cada	caput são devidos por cada	
compromissário do TAC.	compromissário do Termo de	
	Ajustamento de Conduta.	
Art. 12 A unidade regional	Art. 264, § 1º A unidade regional	
responsável pelo controle e	responsável pelo controle e	
acompanhamento da execução	acompanhamento da execução	
do TAC, quando constatar	do Termo de Ajustamento de	
descumprimento dos	Conduta, quando constatar	
compromissos assumidos, deve	descumprimento dos	
submeter o fato à Diretoria	compromissos assumidos, deve	
Colegiada.	submeter manifestação à	
C	Diretoria Colegiada da Previc.	A
Sem correspondência.		A redação deste dispositivo é,
		materialmente, igual à do §1º,
	_ ·	acima. Logo, entendemos que
		essa inclusão não geral qualquer
	cumprimento dos compromissos	alteração de mérito na nova
	assumidos, submetendo	Horria.
	manifestação à Diretoria	
	Colegiada da Previc.	
Art. 13. A decisão sobre o	Art. 264 A decisão sobre o	
descumprimento do TAC é de	cumprimento ou	
competência da Diretoria	descumprimento do Termo de	
Colegiada.	Ajustamento de Conduta é de	
coregidad.	competência da Diretoria	
	Colegiada da Previc.	
Parágrafo único. Cabe pedido de		
reconsideração da decisão da	reconsideração da decisão da	
Diretoria Colegiada, no prazo de	Diretoria Colegiada da Previc, no	
quinze dias a contar da data da	prazo de quinze dias a contar da	
notificação do compromissário,	data da notificação do	
com efeito suspensivo.	compromissário, com efeito	
·	suspensivo.	
Art. 14. Os compromissários	Art. 265. Os compromissários	
devem ser notificados do	devem ser notificados do	
descumprimento do TAC:	cumprimento ou	
	descumprimento do Termo de	
	Ajustamento de Conduta:	
l - preferencialmente por meio	l - preferencialmente por meio	
eletrônico, na forma do Decreto	eletrônico, na forma do Decreto	
nº 8.539, de 8 de outubro de	nº 8.539, de 8 de outubro de	
1	I	ı

2015;	2015;	
II - por via postal, comprovando-	II - por via postal, comprovando-	
se sua entrega pelo aviso de	se sua entrega pelo aviso de	
recebimento ou documento	recebimento ou documento	
similar com mesma finalidade,	similar com mesma finalidade,	
emitido pelo serviço postal;	emitido pelo serviço postal;	
	III - mediante ciência do autuado	
ou do seu procurador, efetivada	ou do seu procurador, efetivada	
por servidor designado, ou, no	por servidor designado, ou, no	
caso de recusa daquele, de	caso de recusa daquele, de	
•	aposição de assinatura desse em	
declaração expressa; ou	declaração expressa; ou	
IV - por edital, publicado uma	IV - por edital, publicado uma	
única vez no Diário Oficial da	única vez no Diário Oficial da	
União, se frustradas as	União, se frustradas as	
tentativas de notificação	tentativas de notificação	
previstas nos incisos I, II e III, ou	previstas nos incisos I, II e III, ou	
pela constatação de estar o	pela constatação de estar o	
compromissário em lugar	compromissário em lugar	
inacessível, incerto ou ignorado,	inacessível, incerto ou ignorado,	
devendo constar do edital o	devendo constar do edital o	
termo inicial para contagem do	termo inicial para contagem do	
prazo para apresentação do	prazo para apresentação do	
pedido de reconsideração.	pedido de reconsideração.	
Parágrafo único. O	Parágrafo único. O	
compromissário deve manter	compromissário deve manter	
atualizado seu endereço	atualizado seu endereço	
completo junto à Previc.	completo junto à Previc.	
Art. 15. A penalidade pecuniária	Art. 266. A penalidade pecuniária	
prevista no art. 11 deve ser	prevista no art. 263 deve ser	
recolhida conforme o que for	recolhida conforme o que for	
disposto no TAC, no prazo	disposto no Termo de	
máximo de quinze dias contados	· ·	
da notificação da decisão	prazo máximo de quinze dias	
definitiva.	contados da notificação da	
	decisão definitiva.	
•	$\S \ 1^{\circ}$ Se recolhida fora do prazo, o	
valor da penalidade pecuniária	valor da penalidade pecuniária	
deve ser corrigido pela taxa	deve ser corrigido pela taxa	
referencial do Sistema Especial	referencial do Sistema Especial	
de Liquidação e Custódia (Selic),		
acumulada mensalmente,	acumulada mensalmente,	
1	calculada a partir do primeiro dia	
do mês subsequente ao do	do mês subsequente ao do	
vencimento do prazo, até o mês	vencimento do prazo, até o mês	
anterior ao do pagamento,	anterior ao do pagamento,	
acrescido de juros de mora de	acrescido de juros de mora de	
um por cento ao mês.	um por cento ao mês.	
§ 2º Quando não recolhida até a	§ 2º Quando não recolhida até a	
	data de seu vencimento, a Previc	
deve promover a cobrança	deve promover a cobrança	
judicial da penalidade, sem	judicial da penalidade, sem	
	prejuízo da execução das demais	
obrigações assumidas no TAC.	obrigações assumidas no Termo	
	de Ajustamento de Conduta.	

Legismap RoncaratiResolução Previc nº 23 – Parte 12: substituição da Resolução Previc nº 6/2022 (Termo de Ajustamento de Conduta)

Art. 16. As condições previstas	Art. 267. As condições previstas	
no TAC podem ser alteradas por	no Termo de Ajustamento de	
meio de termo aditivo, mediante	Conduta podem ser alteradas	
solicitação fundamentada da	por meio de termo aditivo,	
EFPC ou do compromissário.	mediante solicitação	
	fundamentada da EFPC ou do	
	compromissário.	

Em 19.09.2023